

NOVAS FRONTEIRAS AGRÍCOLAS NA AMAZÔNIA: EXPANSÃO DA SOJA COMO EXPRESSÃO DAS AGROESTRATÉGIAS NO PARÁ

New agricultural frontier in the Amazon: Soy expansion as an expression of agro-strategies in Para State

Las nuevas fronteras agrícolas de la Amazonia: Expansión de la soja como una expresión de agroestrategias en el Estado de Pará

Sérgio Sauerⁱ

Universidade de Brasília - Brasil

José Paulo Pietrafesaⁱⁱ

Universidade Federal de Goiás - Brasil

RESUMO

Este artigo busca compreender a nova configuração do uso da terra na microrregião de Santarém a partir da expansão das lavouras de soja, que se instalam ao Sul do estado do Pará na década de 1990. A modernização agropecuária e a ampliação das fronteiras agrícolas (com sua marca conservadora), especialmente a expansão das lavouras de soja, não alteraram significativamente a realidade de conflitos e violência e abriram disputas por novas formas de poder econômico no Norte do país. Novos atores e motivos, partes das agroestratégias para a Amazônia, mantêm e ampliam a disputa por terras e por territórios na região de Santarém. Estuda-se a chegada e a expansão das lavouras de soja, a manutenção de velhos e a geração de novos conflitos fundiários e a criação de mais obstáculos – como, por exemplo, o aumento da demanda por mais terras e a elevação de seus preços – para a garantia de direitos territoriais na Amazônia paraense.

Palavras-chave: soja; Amazônia; agroestratégias; conflitos; commodities; exportação.

ABSTRACT

This article seeks to understand the new configuration of land use in the micro region of Santarém related to the expansion of soybean crops, which started to be cultivated in the south of Pará state in the 1990s. The agricultural modernization and expansion of the agricultural frontier (with its conservative brand), especially the expansion of soybean crops, did not significantly alter the reality of conflict and violence and disputes opened by new forms of economic power in the Amazon. New actors and motives, part of the Amazon agro-strategies, maintain and expand the disputes for land and territories in the region of Santarém. We study the expansion of soybean crops, which maintained old and generated new conflicts over land and created more obstacles – such as the increased demand for land and increasing its prices – to fulfill land rights in the Amazon.

Keywords: soy; Amazon; agro-strategies; conflicts; commodities; exportation.

RESUMEN

Este artículo trata de comprender la nueva configuración del uso de la tierra en la microrregión de Santarém con la expansión de los cultivos de soja, que se han instalado en el sur del estado de Pará, en la década de 1990. La modernización de la agricultura y la expansión de la frontera agrícola (con su marca conservadora), en particular en la expansión de los cultivos de soja, no alteraron significativamente la realidad de los conflictos y de la violencia y de las disputas por nuevas formas de poder económico en el norte del País. Nuevos actores y motivos, como parte de agroestrategias para la Amazonia, mantienen y amplían la competencia por la tierra y por territorios en la región de Santarém. El artículo estudia la llegada y la expansión de los cultivos de soja, el mantenimiento de viejos y la generación de nuevos conflictos por la tierra y la creación de más obstáculos – como la creciente demanda de más tierra y el aumento de sus precios – en asegurar los derechos territoriales en la Amazonia.

Palabras clave: soja; Amazonía; agroestrategias; conflictos, commodities; exportación.

INTRODUÇÃO

Este artigo discute o processo de expansão das lavouras de soja na região Sul do estado do Pará, mais especificamente na região de Santarém, considerando a noção de agroestratégias. A partir de levantamentos bibliográficos (com destaque para noções e

conceitos de fronteiras, frentes de expansão e agroestratégias) e de dados estatísticos, sobretudo, nos sítios da Companhia Brasileira de Abastecimento (CONAB) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o objetivo é analisar como fluxos de capital e investimentos governamentais no Brasil

incentivam a expansão agropecuária para diferentes espaços geográficos, abrindo frentes com pastagens e, em seguida, desenvolvendo outras atividades agrícolas, sobretudo daquelas culturas que atendam às demandas do mercado internacional de commodities agrícolas e não agrícolas.

De acordo com levantamento da Produção Agrícola Municipal, do IBGE (2013), as lavouras de soja no estado do Pará representavam apenas 0,44% da área total cultivada, mais de 24 milhões de hectares plantado com a leguminosa no Brasil, em 2011. O Estado possuía 1,659 milhão de hectares de lavouras temporárias (em várias culturas) e 106 mil hectares de soja naquele ano, equivalendo a apenas 6,4% da área total com essas lavouras no Estado (IBGE, 2013). Já o levantamento da Companhia Brasileira de Abastecimento registrou 172 mil hectares cultivados na safra 2012/13 (CONAB, 2013), representando 0,62% da área total cultivada com soja no Brasil. Em relação à própria cultura, mesmo com diferenças resultantes das metodologias utilizadas, os dois levantamentos apontam um aumento do cultivo (62% aproximadamente entre os dados do IBGE e da CONAB), sendo muito significativa a área em expansão com soja no sul do Pará.

Mesmo reconhecendo diferenças nos resultados dos levantamentos da CONAB e do IBGE, análises sobre o comportamento da soja na Amazônia não são importantes pela representatividade da área em relação ao cultivo nacional, pois menos de 1% da área total cultivada está no Pará. No entanto, percebe-se, em primeiro lugar, um ritmo acentuado de expansão, pois “[...] a velocidade com que o

plantio avança” no Estado é impressionante (SCHLESINGER; NORONHA, 2006, p. 77; NINNI, 2004; BENATTI, 2003), com médias acima do ritmo nacional, e só comparáveis aos avanços em outra fronteira agrícola, nos estados do Maranhão, Piauí e Tocantins (CONAB, 2008a; FREITAS Jr., 2013). Em segundo lugar, a expansão da produção de grãos rumo ao norte revela também mudanças de logísticas, especialmente em investimentos públicos (obras do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC) e privados, incentivando uma mudança no transporte de grãos, passando a usar sistemas intermodais, com destaque para ferrovias e hidrovias, as quais apresentam custos mais baixos (WILKINSON, 2009).

Terceiro, e mais importante, a expansão do cultivo de soja para a Amazônia expressa o que Almeida (2011) definiu como “agroestratégias” e Delgado (2013) como “economia do agronegócio”. Implantada a partir de uma combinação de elementos que vão de incentivos públicos à formação de opinião pela mídia, passando por opções empresariais de investimentos regionais, essa agroestratégia resulta não só em produção de commodities agrícolas e não agrícolas para exportação, mas também em destruição ambiental e conflitos sociais (BENATTI, 2003), materializando processos de “acumulação por espoliação” (HARVEY, 2004).

Muito antes dessa expansão da soja, Martins (1996) identificou o processo de abertura de novas fronteiras como uma lógica de “frente pioneira”, ou seja, movimentos (não espontâneos mais incentivados por políticas públicas) de expansão demográfica sobre terras

“não ocupadas” ou “insuficientemente” ocupadas. Historicamente, especialmente a partir da década de 1960, o caso do estado do Pará é um exemplo típico de “frente pioneira” na Amazônia. Originalmente, a ocupação da porção sul do Estado se deu por incentivos à formação de pastagens e, mais recentemente, este espaço é ocupado pela chegada e ampliação das lavouras temporárias de soja sobre as pastagens, materializando as novas agroestratégias na região (ALMEIDA, 2011).

Para analisar este processo de expansão, este artigo foi dividido em três partes, sendo a primeira destinada a refletir sobre os processos históricos de expansão do capital em direção ao norte do Brasil e, prioritariamente na região de Santarém, estado do Pará. A segunda procura demonstrar a consolidação da cultura da soja na região e os mecanismos utilizados, especialmente políticas de infraestrutura do governo federal. A terceira e última parte do artigo identifica os conflitos decorrentes desta nova configuração sócio ambiental nas regiões de novas fronteiras.

FRONTEIRAS: EXPRESSÕES DAS AGROESTRATÉGIAS OU DA ECONOMIA DO AGRONEGÓCIO

O que se faz atualmente com a terra é simplesmente roubá-la, retirando dela toda a riqueza que ela possui e nada lhe devolvendo; mas o que se deve fazer é tratá-la com o cuidado necessário para que ela produza sempre e se mantenha permanentemente com a sua riqueza (FAISSOL, 1952).

A partir da década de 1940, mas especialmente renovada após o golpe de 1964,

consolidou-se uma política de expansão econômica agropecuária no Brasil. De acordo com os discursos oficiais, essa política tinha dois objetivos centrais: a) ocupar espaços vazios do território nacional e, b) minimizar conflitos pela posse da terra nas regiões Sul, Sudeste e Nordeste do País. A chamada política de “Marcha para Oeste” incentivou a ocupação da região central do Brasil e orientou diferentes correntes migratórias, com especial destaque para a ocupação e a exploração de áreas de Cerrado, principalmente nos estados de Goiás e Mato Grosso (agora Mato Grosso do Sul), além do Vale do Jequitinhonha, em Minas Gerais (SILVA; PIETRAFESA; TAVARES, 2011) nos anos de 1940 e 1950.

A implantação do pacote tecnológico da Revolução Verde, a partir dos 1960, no Centro Sul do País, não significou mudanças significativas na lógica de expansão das fronteiras agrícolas. Alterações na base produtiva –especialmente com a adoção de mecanização intensiva, uso de fertilizantes químicos e de sementes selecionadas – modernizaram os latifúndios (MARTINS, 1996), mas não diminuíram a expansão das fronteiras. Ao contrário, a modernização dos latifúndios, através do crédito subsidiado, foi associada a incentivos (especialmente a isenções fiscais para empresas) para investimentos privados e à criação de projetos de colonização para a ocupação de terras na Amazônia e no Centro Oeste (MARTINS, 1996).

O país assistiu a um deslocamento de milhões de famílias, principalmente nordestinas e sulistas, em direção às regiões Centro Oeste e Norte. A abertura de novas fronteiras não se

deu apenas através da destinação de glebas para famílias pobres, mas especialmente pela destinação de incentivos que financiaram a apropriação de grandes áreas por parte de empresas urbanas e grandes proprietários do Centro Sul. Os investimentos governamentais em infraestrutura (especialmente a abertura de estradas) e os incentivos fiscais tornaram rentável a compra de grandes extensões de terras, materializando uma “aliança militar-latifundista”, nos termos de Martins (1996).

Ainda segundo Martins (1996), nos anos 1970, as sociedades latino-americanas, inclusive a brasileira, foram moldadas por lógicas de fronteira ou de frentes pioneiras, ou seja, relações sociais e políticas marcadas por deslocamentos demográficos incentivados para aproveitar terras “não ocupadas” ou “insuficientemente” ocupadas. O custo baixo das terras (Renda Diferencial I) e a constante mudança de seu uso (aplicação de insumos, tecnologias e investimentos em infraestrutura, baixando custos de transporte), ou Renda Diferencial II¹, deram ótimas condições ao capital para explorar essas frentes pioneiras ou fronteiras agrícolas (SILVA; PIETRAFESA; TAVARES, 2011).

Guardadas diferenças históricas e sociais, esse processo ressurgiu e se renova com a ocupação e cultivos de grãos no norte do Mato Grosso e sul do Pará, ampliando o enfrentamento com a natureza no bioma amazônico. Nos anos mais recentes, esta expansão se dá tanto sobre a Amazônia como sobre o Cerrado, especialmente a porção do bioma localizado em parte do Estado da Bahia, Piauí, Maranhão e Tocantins, se configurando

como uma retomada da “Marcha para o Oeste”, reeditando os conflitos territoriais e sociais e aprofundando os impactos ambientais (SILVA; PIETRAFESA; TAVARES, 2011).

No início dos anos 2000, apresentam-se novas possibilidades ao capital de conciliar frentes pioneiras, frentes de expansão e fronteiras, colocando a seu serviço planejamento, tecnologias, novas terras ainda “sem uso” e, outras já abertas à agropecuária, além de incentivos governamentais. Historicamente, a pecuária e a mineração foram as principais atividades econômicas que mais impactaram no meio ambiente amazônico². Os processos de ocupação das terras favoreceram estas atividades, as quais ainda são as principais responsáveis pelos altos índices de desmatamento na região. No entanto, a expansão acelerada das lavouras de grãos na região, com especial destaque para o Estado do Pará, é parte importante na incorporação de novas terras às agroestratégias regionais amazônicas (ALMEIDA, 2010, 2011), não só de pastagens, mas também com florestas secundárias (PEREIRA; VIEIRA, 2010), reproduzindo a lógica de exploração predatória.

De acordo com Almeida (2010), as agroestratégias são parte da pauta política mundial, inclusive das agências multilaterais, especialmente a partir de uma narrativa intimamente relacionada à necessidade de abastecimento alimentar, e “compreendem um conjunto heterogêneo de discursos, de mecanismos jurídico-formais e de ações ditas empreendedoras” (2010, p. 102). Segundo este autor, as agroestratégias “abrange tanto estudos de projeção, que tratam das oscilações

de mercado e suas tendências [...] bem como de ajustes na carga tributária de produtos e insumos” (ALMEIDA, 2010, p. 102), portanto, um conjunto heterogêneo, mas articulado, de narrativas e ações governamentais e investimentos privados, especialmente de empresas multinacionais do setor agroindustrial, que têm como principal objetivo a apropriação crescente dos recursos territoriais, ou nos termos de Delgado (2013), a apropriação da renda fundiária. As agroestratégias então

Compreendem um conjunto de iniciativas para remover os obstáculos jurídico-formais à expansão do cultivo de grãos e para incorporar novas extensões de terras aos interesses industriais, numa quadra de elevação geral do preço das commodities agrícolas e metálicas (ALMEIDA, 2010, p. 102).

Na mesma perspectiva, mas utilizando uma noção distinta, Delgado (2013) definiu a “economia do agronegócio” como um pacto de poder, portanto, com características semelhantes à noção de agroestratégia. Segundo este autor, a economia do agronegócio extrapola a estratégia econômica para “construir ideologicamente uma hegemonia pelo alto - da grande propriedade fundiária, das cadeias agroindustriais muito ligadas ao setor externo e das burocracias de Estado” (DELGADO, 2013, p. 63s), possibilitando “[...] a acumulação de capital no âmbito desses setores amalgamados pelo dinheiro público” (DELGADO, 2013, p. 62).

Nos anos mais recentes, esta economia do agronegócio ganhou centralidade na lógica econômica brasileira, representando um pacto estratégico entre “[...] o grande capital

agroindustrial, o sistema de crédito público à agricultura e à agroindústria, a propriedade fundiária e o Estado” (CARVALHO, 2013, p. 34), entre outros objetivos para “a apropriação das terras” mantendo-as como reserva de valor (CARVALHO, 2013, p. 34). No caso amazônico, a lógica de apropriação é de extração ou mineração, ou seja, expropriação pura e simples dos recursos naturais sem qualquer benefício social e com profundos impactos ambientais (SAUER, 2011).

A economia do agronegócio ou as agroestratégias estão assentadas “[...] na captura e superexploração das vantagens comparativas naturais” ou na renda fundiária (DELGADO, 2013, p. 64), materializando embates territoriais e verdadeiras lutas por território (SAUER, 2011). Ainda segundo Delgado (2013, p. 64), esse pacto de poder se utiliza de um conjunto de aparatos ideológicos como: a) bancada ruralista ativa; b) associação de agronegócio atuante; c) burocracia voltada para a expansão do crédito público; d) passividade das instituições de regulação; e) forte cooptação de círculos acadêmicos; f) conivência e apoio da mídia nacional.

Na mesma perspectiva, segundo Almeida (2010, p. 103), estas agroestratégias são compostas por complexas coalizões de interesses que agrupam

[...] figuras da mídia, como jornalistas, editorialistas e comentaristas regionais, que escrevem para um público amplo e difuso nas colunas de “opinião”, escandindo os efeitos da estrutura fundiária, exaltando as possibilidades do mercado de commodities e relativizando os efeitos das mudanças climáticas. Agrupam também professores universitários, economistas de renome,

especialistas em implementações de políticas públicas, ONGs e grandes empreendedores com soluções pragmáticas e operacionais, pressionando as decisões políticas.

Como parte das agroestratégias, a mídia nacional (DELGADO, 2013; ALMEIDA, 2011) traz notícias semanais sobre perspectivas e possibilidades de ganhos futuros do setor agropecuário ou agroindustrial, reforçando narrativas e discursos em torno da crescente necessidade e/ou oportunidades da expansão do setor de cultivo de grãos para exportação³. Frequentemente, contrasta boas perspectivas do setor com entraves burocráticos (leis muito rígidas) ou com a falta de investimentos públicos em infraestrutura⁴. Mais importante é a frequente relação entre uma suposta “crise alimentar” e as “medidas salvacionistas” de aumento da produção para resolver todos os problemas de abastecimentos (ALMEIDA, 2010, p. 102).

Esta agroestratégia, ou uma “nova marcha” (SILVA; PIETRAFESA e TAVARES, 2011), além de uma “acumulação via espoliação” (HARVEY, 2004), vem provocando um conjunto de conflitos de interesses, especialmente disputas pelas terras e territórios na Amazônia (SAUER; ALMEIDA, 2011). Nas terras e territórios com expansão das fronteiras encontram-se comunidades ribeirinhas, comunidades tradicionais e quilombolas, populações indígenas e produtores familiares já estabelecidos pelas frentes pioneiras de décadas, se não séculos, anteriores (MARTINS, 1996), como veremos adiante.

CHEGADA E EXPANSÃO DA SOJA NA AMAZÔNIA: O CASO DE SANTARÉM

Segundo diversos levantamentos (IBGE, 2013; CONAB, 2013; CPT, 2010), a soja começou a ser cultivada no estado do Pará, inclusive na região de Santarém, a partir da safra agrícola de 1997. A construção do porto da Cargill, em 2001, se constituiu em um incentivo fundamental à ampliação desse cultivo na região (PAIXÃO Jr., 2012), especialmente porque diminuiu significativamente os custos de transporte (WILKINSON, 2009) para a exportação dessa commodity para os mercados europeus e asiáticos (BENATTL, 2003). Há, no entanto, outras razões para esta expansão como, por exemplo, preços das terras (CPT, 2010) e incentivos governamentais.

Os levantamentos anuais de safra da CONAB (2013) revelam que o cultivo de soja chegou ao Estado do Pará nos anos de 1997/1998, especialmente na região de Santarém (Baixo Amazonas). Hoje há mais dois polos consolidados de cultivo desta leguminosa, que são as regiões de Paragominas (Noroeste do Pará) e de Santana do Araguaia (Sul do Estado), sendo que Paragominas já possui área cultivada maior que o polo de Santarém, conforme se pode ver no mapa.

A partir do ano-safra de 1997/1998, a produção de soja aumentou significativamente no Estado do Pará, como se pode ver no Gráfico 1.

O aumento da quantidade produzida é diretamente proporcional ao aumento da área cultivada de soja no Estado, a qual saltou de 2,6 mil hectares na safra 1997/1998, para mais de 172 mil hectares na safra 2012/13 (CONAB,

2013)⁵, destacadamente com crescimento a partir da safra de 2002/2003. Conforme informações do Gráfico 2, há um aumento significativo da

área plantada a partir da safra 2002/2003, confirmando o aumento da produção e,

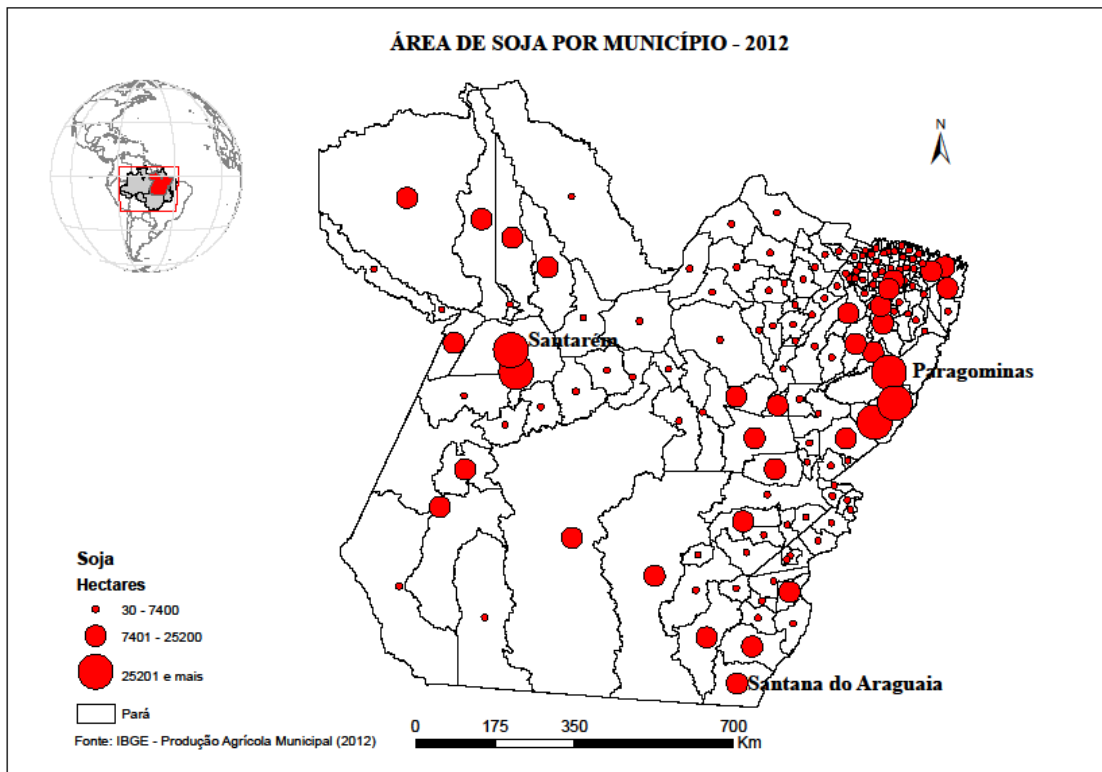


FIGURA 1 – Cultivo de soja no Estado do Pará – distribuição por município (2012).
Fonte: IBGE – Produção Agrícola Municipal (2012).
Elaboração: Ralph de Medeiros Albuquerque – Mader/FUP.

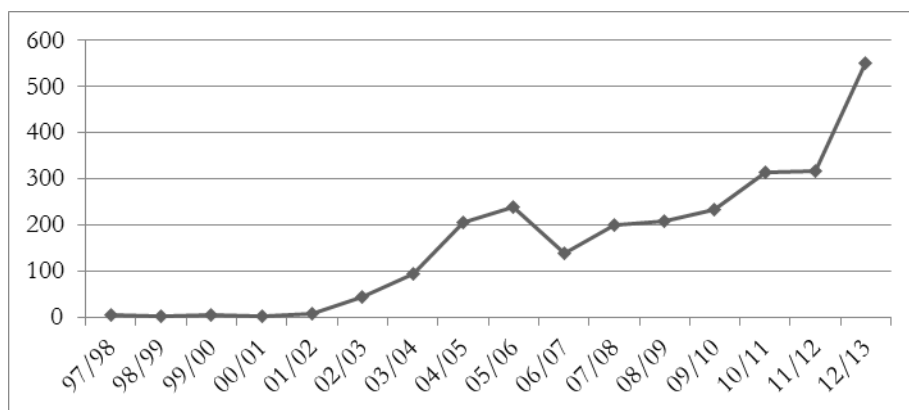


GRÁFICO 1 – Produção de soja no estado do Pará (em mil toneladas).
Fonte: Série histórica: soja – safras 1997/98 a 2012/13 – CONAB (2013).

demonstrando que a construção do porto da Cargill, em Santarém, foi um incentivo decisivo para a expansão da soja na região (CPT, 2010).

As expectativas de elevação dos preços da commodity no mercado internacional, nos anos de 2003/2004 (CONAB, 2008), ajudam a explicar o aumento do cultivo na região⁶. No entanto,

como este crescimento foi muito acima da média nacional, outros fatores – como preços das terras, construção de infraestrutura (porto) e concessão de incentivos governamentais, especialmente crédito – devem ser considerados para explicar a expansão acelerada da soja na Amazônia, especialmente no Pará, além da

expansão das lavouras de cana-de-açúcar na região Centro-Sul do Brasil que vem concorrendo com as áreas de pastagens e soja.

Apesar de dados um pouco diferentes⁷, os levantamentos da Produção Agrícola Municipal (IBGE, 2013) confirmam o crescimento da área cultivada de soja nos três polos do Estado do Pará. Este cultivo passou de um pouco mais de mil hectares, em 2001, para mais de 100 mil hectares uma década depois (2011), basicamente nos três polos de produção no Estado (Santarém, Paragominas, Conceição do Araguaia), de acordo com os levantamentos do IBGE (2013), superando o crescimento nacional (MILANI et al., 2008), e sendo mais elevado que nos demais países produtores dessa cultura agrícola.

Até 2006, a região de Santarém concentrava a maior área cultivada com a leguminosa, em torno de 44% da área total no Pará (SCHLESINGER; NORONHA, 2006). As proporções começam a se alterar a partir de 2007/2008, sendo que a região de Paragominas concentrou mais de 58% (63 mil hectares) da área cultivada em 2011, Santarém (Baixo Amazonas) ficou com aproximadamente 28% da área de soja (mais de 29 mil hectares) e a região de Conceição do Araguaia com 10% (mais de 11 mil hectares cultivados da leguminosa), conforme dados do Gráfico3 (IBGE, 2013).

Diferente dos discursos corrente de que o aumento da produção de commodities está baseado na incorporação de tecnologia e no aumento da produtividade (World Bank, 2010), este não é o caso da produção de soja nas fronteiras agrícolas brasileiras. De acordo com a Conab (2013), os ganhos de produtividade estão

abaixo da média de crescimento da área plantada, pois a colheita de soja, na safra 1997/98 foi de 2.115 kg/hectare, passando a 2.520 kg/hectare, em 2001/02 (um aumento na faixa de 20%) e de três mil quilos por hectare em 2010/11, um incremento de 16% na produtividade média no Estado.

No mesmo período, no entanto, conforme dados do Gráfico 2, a área cultivada aumentou cinco vezes, passando para mais de 15 mil hectares na safra 2002/03. Este aumento foi ainda maior nos anos subsequentes, pois a área cultivada de soja dobrou (mais de 100% de aumento da área) na safra seguinte, passando de 35 mil hectares, chegando a 172 mil hectares (quase 400% de crescimento) na safra 2012/13 (CONAB, 2013). Estes dados demonstram que, nas fronteiras agrícolas, o aumento de produção, proporcionalmente, se deve mais à incorporação de novas áreas e não a incentivos em tecnologia, um discurso corrente na defesa da modernização conservadora (FILGUEIRAS et al., 2007).

Estes dados - além de relativar análises ufanistas que destacam apenas investimentos em tecnologia, sem análises sobre investimentos em outros fatores de produção como a incorporação de novas terras à produção de commodities - recolocam o problema da aquisição de terras tanto para produção como para especulação. Investimentos produtivos e especulativos devem ser vistos combinados com a valorização financeira das propriedades rurais (SAUER; LEITE, 2012), em um contexto em que investimentos públicos criam “[...] uma situação na qual terra em si se torna um meio para capturar renda econômica” (HECHT, 2005,

p.387), ou nos termos de Harvey (2004), promove a acumulação por espoliação.

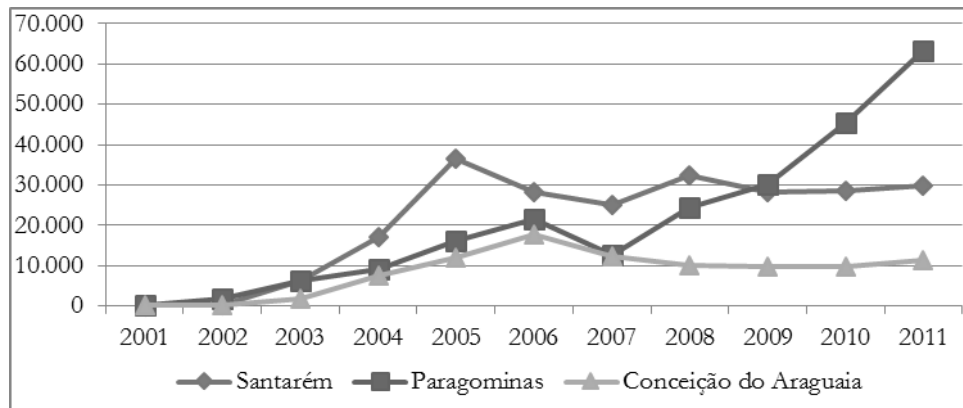


GRÁFICO 3 – Área plantada de soja nos três principais polos do Pará (em hectares).

Fonte: Produção Agrícola Municipal (IBGE, 2013).

Apesar da chegada da soja em Santarém já no final da década de 1990, o salto na área cultivada aconteceu a partir da construção do porto da Cargill, concluído em 2001 (PAIXÃO Jr. 2013), explicitando a lógica de incentivos privados de expansão das fronteiras para a Amazônia (NINNI, 2004)⁸. Tanto as informações da Conab (2013) como do IBGE (2013) demonstram claramente um crescimento vertiginoso da área cultivada a partir das safras 2001/02 (ou 2002/03), com a expansão de em até três vezes a área cultivada nos anos anteriores.

De acordo com vários estudos (SAFRANSKY; WOLFORD, 2011; HECHT, 2005), entre as razões que explicam esse processo de expansão das fronteiras, tanto para produção agropecuária (commodities agrícolas) como para exploração mineradora (commodities não agrícolas), estão: a) incentivos governamentais, especialmente concessão de créditos com taxas de juros compensadoras, mas também investimentos em infraestrutura e desoneração tributária nas exportações;⁹ b) a boa margem de lucro obtida nas lavouras de

grãos, em especial nas de soja e, c) a disponibilidade de terras, ainda relativamente baratas nas regiões de fronteiras, mas com boas perspectivas de valorização (SAUER; LEITE, 2012).

Como parte das agroestratégias, a combinação de investimentos privados e públicos fica muito evidente na região em tela¹⁰. O asfaltamento da BR 163, uma obra federal com investimentos da ordem de R\$ 1 bilhão, parte das obras de infraestrutura do PAC, teve como uma das principais justificativas criar um corredor de exportação para escoar soja, mas também outros produtos ligados à expansão da fronteira agropecuária. Segundo termos do Plano BR-163 Sustentável, esta pavimentação cria “um corredor de passagem da produção de grãos e carne do Centro-norte mato-grossense rumo ao mercado internacional” (GTI, 2006, p. 94)¹¹.

A figura 1 identifica caminhos e investimentos (inclusive algumas empresas envolvidas, mas não há referência a investimentos públicos na reportagem em tela). Conforme planejado, o fluxo de commodities

agrícolas se dará a partir do Norte do Mato Grosso em direção ao Oceano Atlântico, passando pela região de Santarém, ao Sul do estado do Pará (GTI, 2006; VALOR, 2013).

Estes investimentos não revelam apenas o comportamento do setor em termos de competitividade, com aporte de recursos para dinamizar o transporte, fator importante na composição dos custos (BARROS, 2013). Revelam também as agroestratégias (ALMEIDA, 2011), inclusive as composições empresariais voltadas para acumulação de forças e exploração dos recursos regionais.

Segundo Wilkinson (2009), a atuação do Grupo Amaggi, que começou com a produção de soja e transformou-se em uma trading de grãos é emblemática na nova configuração do capital nesta região do Brasil. Segundo este autor, há dez anos o Grupo “[...] introduziu uma inovação na logística de transporte de grãos no Brasil, com a construção do Porto de Itacoatiara, no Amazonas e, com a criação da Hidrovia do Madeira-Amazonas, voltados para a exportação de soja produzida no Centro-oeste. Construiu, também, terminal para armazenar grãos, no Amazonas e no Pará e, outro para fertilizantes, no Amazonas” (WILKINSON, 2009, p. 75).

De acordo com informações de imprensa, a iniciativa mais recente foi a criação de uma joint venture¹² entre o Grupo Amaggi e a Bunge, revelando a importância dos investimentos no escoamento via este canal e não pelos portos de Santos (SP) e Paranaguá (PR) como é feito atualmente (BARROS, 2013). O conjunto de investimentos públicos, especialmente o asfaltamento da BR-163 e a construção dos terminais de transbordo em Miritituba (rio

Tapajós, município de Itaituba), permitirá o escoamento mais barato de grãos, portanto, são investimentos em infraestrutura que “funcionam como mais um fator de estímulo ao plantio” (SCHLESINGER; NORONHA, 2006, p. 26). “Não só haverá um encurtamento das distâncias, mas também o uso de barcaças representa economia no transporte, pois cada uma carrega 200 mil toneladas de grãos, ou seja, faz o serviço de 50 caminhões” (BARROS, 2013).

Investimentos privados são fundamentais para promover a expansão do agronegócio e a extração de recursos naturais na Amazônia, assim como em toda a América Latina (SAFRANSKY; WOLFORD, 2011, p. 6). Esses investimentos têm permitido que “[...] extensivos corredores de infraestrutura vem sendo construídos por todo o Continente [...] que ligam fronteiras extrativas às áreas metropolitanas e mercados estrangeiros”, atraindo investimentos e construindo “caminhos para a estrangeirização de terras” (SAFRANSKY; WOLFORD, 2011, p. 5). No entanto, esses investimentos privados, como foi o caso da construção do porto da Cargill, são realizados através de incentivos governamentais e aporte de recursos públicos, especialmente investimentos em infraestrutura em áreas como rodovias, estradas de ferro, hidrovias, portos e energia (SAFRANSKY; WOLFORD, 2011; HECHT, 2005).

Segundo Schlesinger e Noronha (2006), a expansão do cultivo de soja no Estado do Pará contou com incentivos governamentais federais e estaduais, tanto em infraestrutura como em financiamento direto. Segundo eles (2006, p. 76), “o governo paraense e instituições federais,

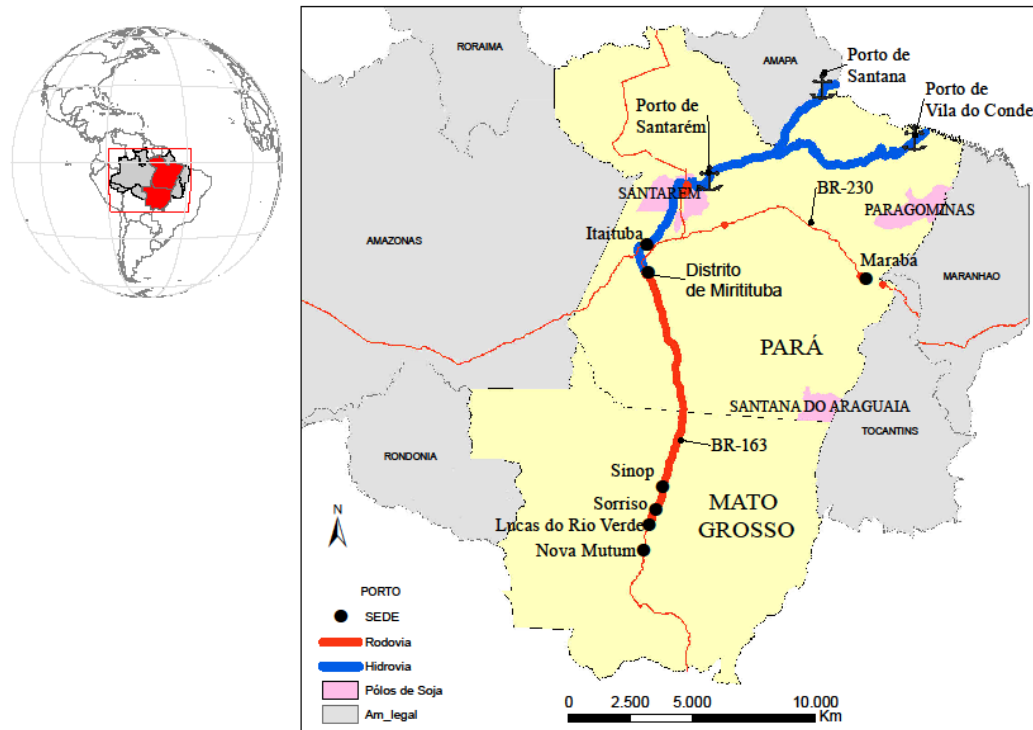


FIGURA 2 – Vias de transportes para escoamento da produção de soja (2013).
Elaboração: Ralph de Medeiros Albuquerque – Mader/FUP.

como a Embrapa/Amazônia Oriental, forneceram as bases tecnológicas para o desenvolvimento [das lavouras]. O Banco da Amazônia, por sua vez, tem financiado fazendas de soja e processadoras de grãos em Santarém”.

Além dos investimentos públicos em obras do PAC (continuando os incentivos dos Planos “Brasil para Todos” e “Avança Brasil”, do Governo FHC) na região, há aportes de recursos via crédito. De acordo com dados do Banco da Amazônia (BASA), foram contratados quase R\$ 2 milhões para o segmento soja na região de Santarém em 2012 (BASA, 2013)¹³. Não é um volume tão significativo, mas é preciso considerar, primeiro, que este volume se refere a apenas nove contratos no ano em tela. Segundo, e mais importante, não havia destinação de recursos para este segmento até 2006, segundo o BASA.

Além dos financiamentos das próprias tradings e de aportes de outras fontes

governamentais, com a celebração dos primeiros dois contratos em 2007, aportando em torno de R\$ 37 mil reais, o BASA já destinou mais de R\$ 2,8 milhões para o setor deste então (BASA, 2013). Esse aporte de recursos públicos materializa os contornos da economia do agronegócio (DELGADO, 2013), tornando “esta região um novo recorte territorial da produção moderna, cada vez mais aberto às determinações do mercado globalizado e aos signos contemporâneos” (PAIXÃO Jr., 2012, p. 89).

LAVOURAS DE SOJA E CONFLITOS PELA TERRA E PELO TERRITÓRIO EM SANTARÉM

A expansão do cultivo de soja, carro-chefe da Revolução Verde no Brasil, pode ser entendida como expressão da modernização agropecuária na região, não só em uma ampliação territorial do pacote tecnológico, mas

em processos monopolistas de apropriação do território (SILVA, 2006), em uma atualização perversa que abarca inovação tecnológica e o crescente monopólio das tradings. Incorporação de tecnologia, ampliação da produção de commodities, exportação e geração de dividendos, entre outros fatores são, frequentemente, usados para louvar a modernização agropecuária, inclusive como a única saída possível.

A modernização econômica, no entanto, não resulta em processos de modernização sociais nem políticos nas fronteiras, pois, primeiro, [...] caracterizar e definir a fronteira no Brasil é, justamente, a situação de conflito social (MARTINS, 1996, p. 27). Em outros termos, frentes de expansão e a inserção de “[...] lugares às redes de modernização agrícola de conexões globais vinculadas às práticas das corporações do agronegócio” (SILVA, 2006, p. 5) geram mais conflitos sociais e ambientais, uma realidade histórica na Amazônia, que não se alterou com a chegada da soja (CPT, 2010).

Apesar de entendermos, nos termos de Martins (1996, p. 27), a fronteira é uma “realidade singular” e “essencialmente o lugar da alteridade”, é fundamental não esquecer que esse “lugar de encontro dos diferentes” é mais do que, “a um só tempo, um lugar de descoberta do outro e de desencontro”, pois é também lugar de conflitos. Conflitos gerados, não só por diferenças históricas, mas por desequilíbrio de poder (SAUER, 2010). Em termos de políticos, fronteira é expressão de poder dos fortes, inclusive porque materializa a “acumulação por espoliação” (HARVEY, 2004), ou seja, uma “acumulação primitiva

permanente” (CARVALHO, 2013, p. 31) como elemento central da modernização capitalista atual e da “economia do agronegócio” (DELGADO, 2013).

Para além da “descoberta do outro”, os desencontros se materializam em conflitos socioambientais na fronteira paraense (SAUER, 2012). Em geral, quando se menciona problemas socioambientais na Amazônia, o primeiro e principal problema que aparece é o desmatamento. No entanto, conforme já mencionado anteriormente, é importante ter claro que as “causas do desmatamento na região estão ligadas às diversas atividades antrópicas” (BENATTI, 2003, p. 1) e não apenas à expansão de uma atividade econômica. Ainda, as informações e levantamentos sobre o uso das terras, de uma maneira geral, não permitem fazer uma associação direta entre a retirada ou substituição de floresta nativa (ou primária) e os cultivos de soja na região.

O desmatamento é um grande problema, mas constatações como “1,2 milhão de hectares da floresta foram convertidos em lavouras” de soja (MILANI et al., 2008, p. 20) devem ser mais bem estudadas¹⁴. Neste sentido, é fundamental entender que “[...] os terrenos preferenciais de ocupação da soja na região oeste paraense são as áreas já utilizadas para a pastagem e a agricultura, representando 90%. As terras que possuem cobertura vegetal primária ainda estão limitadas a 10% do total ocupado” (BENATTI, 2003, p. 13). Estas informações não permitem estabelecer uma relação direta entre expansão das lavouras e desmatamento. Isto, por outro lado, não está relacionado a qualquer cuidado com preservação da floresta, mas com uma

dimensão econômica, pois o cultivo de áreas já antropizadas (já desmatadas) tem custo menor e “requerem menos trabalho para preparar a terra para a mecanização” (PAIXÃO Jr., 2012, p. 65).

Não estabelecer uma relação direta entre os cultivos mecanizados e o desmatamento, no entanto, não significa negar que a expansão do plantio de soja representa uma nova ameaça ao ambiente amazônico. Neste sentido, primeiro, é fundamental considerar que, se ainda não há uma associação direta entre o cultivo de grãos e o desmatamento, isto poderá ocorrer com “[...] o esgotamento das áreas já utilizadas para a atividade agrária, ou quando se torne muito dispendioso o uso das glebas já desmatadas, as terras com floresta podem se tornar mais ‘atrativas’” (BENATTI, 2003, p. 13).

Em segundo lugar, ao estudar os impactos da expansão dos cultivos sobre florestas secundárias, Pereira e Vieira (2010, p. 2) lembram que “[...] esse tipo de agricultura pode provocar um ‘efeito de arrasto’, impulsionando a implantação de outras atividades de alto impacto ambiental [...], devido à infraestrutura (rodovias, ferrovias, hidrovias, e portos) construída para a soja”¹⁵. Além do desmatamento, há outros importantes prejuízos ambientais na ocupação mecanizada da Amazônia para a produção de grãos, sendo o mais importante os altos índices de contaminação de rios, nascentes, lagos e igarapés devido ao uso de agrotóxicos (SCHLESINGER; NORONHA, 2006; CPT, 2010; BENATTI, 2003).

Além dos impactos ambientais, a expansão das lavouras é expressão do uso “corporativo do território” (SILVA, 2006) ou, em termos mais

claros, privatização do território, como um mecanismo chave de apropriação da renda fundiária (DELGADO, 2012) através de um “neoextrativismo” (BALETTI, 2013)¹⁶. Nos processos de apropriação do território— inclusive como um mecanismo de bloqueio ao acesso à terra pelos mais pobres –, o preço das terras é um elemento chave (SAUER; LEITE, 2012). Atraídos pelos preços baixos (CPT, 2010; NINNI, 2004; BENATTI, 2003), o cultivo de soja inflacionou os preços das terras na região de Santarém (NINNI, 2004)¹⁷, assim como em outras regiões de fronteira (SAUER; LEITE, 2012), causando impactos sobre a posse da terra, tanto no sentido de impedir novos acessos (via assentamentos para fins de reforma agrária, por exemplo) como bloqueando o reconhecimento de direitos.

Essa alta provoca uma combinação de aumento da especulação fundiária (retenção de terras para especulação) e de acirramento nas disputas territoriais. Conforme já mencionado anteriormente, as estimativas são da disponibilidade de 500 mil hectares de terras aptos para o cultivo de soja, sendo que “estas terras estão com capacidade ociosa” (FILGUEIRAS et al., 2007, p. 39). Esta informação, de um lado, dá a dimensão das possibilidades de apropriação do território (seja para produção seja para especulação), mas também dá extensão dos possíveis impactos socioambientais, inclusive porque a “capacidade ociosa” não pode ser entendida como terras não utilizadas.

Em relação aos conflitos sociais, decorrentes da expansão dos cultivos de grãos na

Amazônia, Schlesinger e Noronha (2006, p. 78) constaram que,

Em Santarém, nos últimos anos, se acirraram conflitos armados entre posseiros e pistoleiros, sumiço de trabalhadores no meio da floresta, grilagem de terras, ameaças de morte, invasão de propriedades de pequenos agricultores, queima de casas e bens, extravios de Autorizações de Transporte de Produtos Florestais pertencentes à União e ao estado do Pará.

Não há muitos dados disponíveis sobre este acirramento, no entanto, as informações da CPT (2010) sobre conflitos na região estão diretamente relacionados à disputa de terras na região, pois “[...] várias comunidades, localizadas ao longo da BR 163, são extintas ou reduzidas para dar lugar aos plantios de soja” (CPT, 2010), pois “[...] os pequenos agricultores vêm sistematicamente vendendo seus lotes de terra” (SCHLESINGER; NORONHA, 2006, p. 26) aos sojicultores que migraram em busca de terras baratas e outras condições favoráveis para o cultivo do grão.

Segundo relatório de pesquisa da CPT¹⁸, a busca por terras baratas e a garantia de mercado para a soja “[...] causou muitos conflitos sociais e se tornou comum ouvir relatos de casas queimadas, expulsões de famílias, ameaças de morte, intimidações às lideranças, grilagem de terras, supressão de florestas” (CPT, 2010). A grilagem de terras, violação histórica na região, aumentou consideravelmente em consequência da procura por terras aptas ao cultivo de grãos (MILANI et al., 2008), inclusive com operações da Polícia Federal e indiciamento de vários grileiros (CPT, 2010).

Acompanhando casos, a Comissão Pastoral da Terra relata vários conflitos, inclusive com ações judiciais de pequenos produtores familiares buscando manter suas posses. De acordo com relatos, em uma comunidade de Prainha (município próximo à Santarém), além da apropriação indevida de áreas públicas (na Gleba Pacoval, por exemplo), a grilagem é mediada pela compra de lotes, pois ao “[...] comprar lotes próximos a PA 254, vários desses compradores grilaram quilômetros de terra ao fundo, ou seja, lotes que possuíam 1 Km de fundo foram aumentados para 5 ou até 8 Km” (CPT, 2010)¹⁹.

Além da apropriação indevida e fraudulenta de terras públicas, a expansão da soja é feita também com a substituição de comunidades rurais inteiras por monocultivos. Sistematizando informações do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Santarém, a CPT (2010) afirma que “[...] mais de quinhentas famílias deixaram suas terras [ao longo da BR 163] para dar lugar aos campos de soja”.

Consequentemente, a fronteira como “lugar de encontro dos diferentes” (MARTINS, 1996) é, na verdade, expressão da expulsão ou pressão sobre posseiros, pequenos produtores familiares, comunidades tradicionais e povos indígenas da região. A valorização das terras (tanto no sentido de preços como “descoberta” da aptidão para os cultivos) teve como consequências, por exemplo, uma maior resistência (tanto de governo como de grupos privados) à demarcação de terras indígenas e de reconhecimento de territórios quilombolas na região (SAUER; SILVA, 2011; CPT, 2010; SAUER; MACHADO, 2010).

CONSIDERAÇÕES

As novas fronteiras agrícolas na Amazônia, superadas as derrubadas da floresta para pastagens, e abertas pela expansão das lavouras de soja a partir do final da década de 1990, representam um marco nas agroestratégias do capital para esta região do Brasil. A construção de infraestrutura como rodovias, hidrovias, portos, armazéns e ferrovias, com investimentos públicos e do setor privado (especialmente das *tradings*), que estão em execução na região dão um sinal do que a floresta e seus povos enfrentarão no decorrer da segunda década do século XXI.

A velocidade da expansão das lavouras e, conseqüentemente, dos conflitos sociais e ambientais, será palco da realidade regional. Semelhantemente aos fenômenos econômicos e sociais experimentados pela região Centro-Oeste, ocorrerá, além de conflitos pela posse da terra, a elevação de seus preços e profundas mudanças em seu uso. Deverão ocorrer também mudanças na correlação de forças políticas, uma vez que o capital não se limita a organizar suas relações econômicas, mas avança sobre as estruturas estatais, materializando a economia do agronegócio (portanto, baseada em pactos políticos e na extração de renda fundiária e “renda ambiental”).

A região de Santarém, que na década de 1970 assistiu à chegada de migrantes devido aos projetos de colonização do regime ditatorial-militar, vem enfrentando processo de modernização da agricultura, no seu marco fordista empresarial, não menos conflitivas que as etapas anteriores desse processo. Essa “nova marcha” tem a marca da espoliação dos espaços

criados pelas comunidades locais, avançando em novas áreas de floresta. Mais ainda, é a consolidação do modelo conservador de desenvolvimento agropecuário, uma vez que o uso de tecnologias (infraestrutura, sementes geneticamente melhoradas, dentre outras tecnologias) não reverte em ganhos sociais, econômicos e ambientais para as populações nativas, mas consolida a acumulação espoliativa do capital agrário.

NOTAS

ⁱ Doutor em Sociologia pela Universidade de Brasília (UnB); Professor da Universidade de Brasília (UnB).

E-mail: sauer.sergio@gmail.com

ⁱⁱ Doutor em Sociologia pela Universidade de Brasília (UnB); Professor da Universidade Federal de Goiás (UFG).

E-mail: jppietrafesa@gmail.com

¹ Sobre reflexões de Renda Diferencial I e II, ver MARX, Karl. *O Capital: crítica da economia política*. Livro III: O processo global de produção capitalista. Vol.6. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978; e, RICARDO, David. Ensaio acerca da influência de um baixo preço do cereal sobre os lucros do capital. In: NAPOLEONI, Claudio. *Smith, Ricardo e Marx: considerações sobre a história do pensamento econômico*. Rio de Janeiro: Graal, 1978.

² De acordo com Benatti (2003, p. 1), são várias as causas da destruição ambiental e do desmatamento na Amazônia, com destaque para “[...]diferentes usos da terra (pecuária

extensiva, plantio de grãos, agricultura de corte e queima etc.), obras de infraestrutura (hidrelétricas, estradas e projetos de mineração), exploração de minérios de aluvião, grilagem de terra e degradação florestal (extração desordenada de madeira e incêndios florestais)".

³ O jornal *Gazeta do Povo*, em 01 de outubro de 2013, afirmou categoricamente que a "soja sul-americana domina dois terços do comércio global", sendo inconteste a liderança do Brasil. Na mesma toada, o jornal *Valor Econômico* publicou, em 16 de outubro de 2013, notícia sobre as projeções futuras do cultivo de soja, afirmando que, como "principal produto agrícola do país, a expansão de produção na década será de 3,9% ao ano, menor que os 5% da década passada, mas acima da expansão mundial prevista, de 2,4% ao ano".

⁴ O *Valor* (agosto de 2013) anunciou que, mesmo com "custos em alta, preços menores e margens menos folgadas", a produção de soja no MT na safra 2013/2014 deve se expandir, mas um "problema que deverá voltar a assombrar o setor produtivo em 2013/14 será o escoamento das colheitas, principal problema no Estado em 2012/13".

⁵ Além do aumento já verificado, as estimativas são de que a região de Santarém "possui cerca de 500 mil hectares apto para o plantio da soja e atualmente estas terras estão com capacidade ociosa" (FILGUEIRAS et al., 2007, p. 39), o que dá a dimensão do potencial de expansão do setor.

⁶ De acordo com a Conab (2008, p. 216-7), a cotação da soja se elevou efetivamente a partir de outubro de 2006, firmando preços mais altos no mercado internacional devido à "redução de área e de produção" e ao "aumento do consumo de soja e derivados nos países asiáticos".

⁷ Os levantamentos do IBGE e da CONAB utilizam metodologias e fontes de informações distintas, ocorrendo diferenças nos resultados. Apesar destas, o crescimento do cultivo de soja na região é inconteste, pois a CONAB registrou 104,8 mil hectares na safra 2009/10 e 119,2 mil hectares na safra 2010/2011, enquanto o IBGE (2013) contabilizou 106 mil em 2011 e 172 mil hectares, em 2013.

⁸ Reportagem da *Época*, de 2004, explicita o financiamento das *tradings* à expansão das fronteiras, pois "[...] os campos de soja encontraram na floresta sua mais nova e promissora fronteira de expansão. Com o financiamento de grandes empresas como a Cargill e a Bunge Alimentos, o lugar onde o plantio mais cresce é o Pará" (NINNI, 2004).

⁹ Segundo Wilkinson (2009, p. 77), as entidades de classe ligadas ao complexo soja, "além de refutar qualquer iniciativa dos Estados de impor tributos na comercialização da soja, a qual se encontra desonerada, foi proposta a efetiva desgravação tributária da produção de farelo e óleo destinados a exportação pela eliminação do ônus de ICMS, PIS e Cofins embutido nesses produtos".

¹⁰ Reunidas sob a recém-criada Associação dos Terminais Privados do Rio Tapajós (Atap), Bunge, Cargill, Hidrovias do Brasil, Unirios, Reicon, Chibatão Navegações e Cianport pleiteiam terminais entre os nove previstos para o porto de Miritituba (BARROS, 2013), município de Itaituba (PA), demonstrando claramente as agroestratégias para a Região.

¹¹ De acordo com dados do IPEA, o asfaltamento, combinado com embarque em navios em Santarém ou no porto de Miritituba (Itaituba), barateia o frete da soja e outros grãos e fibras produzidos no norte do Mato Grosso em pelo menos 25 dólares por tonelada (PROVEDELLO; FURTADO, 2004).

¹² O Grupo Amaggi e a Bunge criaram a Navegações Unidas Tapajós Ltda. (Unitapajós) para atuar no escoamento de grãos do Mato Grosso na hidrovía Tapajós-Amazonas até Santarém (PA) ou até Santana (AM), uma alternativa de transporte mais barata (BARROS, 2013).

¹³ De acordo com Schlesinger e Noronha (2006, p. 76), o cultivo de soja no Pará contou com um aporte de R\$ 70 milhões, recursos disponibilizados pelo Governo do Estado via o Programa de Desenvolvimento do Cerrado (Prodecerr).

¹⁴ O tal acordo da “Moratória da soja”, que proibiu empresas de adquirir soja da Amazônia proveniente de áreas desmatadas (MILANI et al., 2008), não deve ser visto como expressão do desmatamento mas como tentativa de dar uma

imagem positiva ao setor (para uma crítica à “soja sustentável”, ver BALETTI, 2013).

¹⁵ A reportagem da *Época* corrobora o “efeito de arrasto” quando publicou que “estimulados pela valorização das terras para soja, grileiros e pecuaristas invadem terras públicas para derrubar mais porções da floresta. Desperdiçam um dos ecossistemas mais ricos do planeta, que até poderia gerar mais empregos com exploração sustentável de madeira” (NINNI, 2004).

¹⁶ Baletti (2013, p. 2) define neoextrativismo como programas governamentais latino-americanos de “[...] intensificação da extração de recursos baseado em *commodities* como estratégia básica de crescimento econômico combinado com programas sociais distributivos”.

¹⁷ Segundo reportagem da *Época*, na região de Santarém, “em 1998, o hectare custava cerca de R\$ 40. Em 2000, estava por volta de R\$ 140, [em 2004], já havia terras sendo negociadas a R\$ 1 mil ou R\$ 2 mil o hectare, dependendo da localização do lote” (NINNI, 2004). Segundo o Sindicato de Trabalhadores Rurais, 500 famílias venderam as terras por preços entre R\$ 2 e R\$ 3 mil o hectare (CPT, 2010) em 2003.

¹⁸ De acordo com vários documentos do *Dossiê Cargill 2010*, desde 2005, a Comissão Pastoral da Terra vem monitorando consequências socioambientais da expansão da soja, através de visitas in loco e acompanhamento de famílias e

comunidades impactadas com o cultivo do grão no Pará (CPT, 2010).

¹⁹ A grilagem é tão grave na região que o Ministério Público, em um Termo de Ajustamento de Conduta, em 2004, fez constar que a Cargill não deveria “receber produtos oriundos de propriedades que constem no registro de terras de origem duvidosa ou sob suspeita de domínio conflituoso” e fornecer “a atualização anual do cadastro de proprietários” (CPT, 2010).

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Alfredo W.B. A reconfiguração das agroestratégias: novo capítulo da guerra ecológica. In: SAUER, S.; ALMEIDA, W. (org.). *Terras e territórios na Amazônia: demandas, desafios e perspectivas*. Brasília: Editora da UnB, 2011. p.27-44.

_____. Agroestratégias e desterritorialização: direitos territoriais e étnicos na mira dos estrategistas dos agronegócios. In: ALMEIDA, Alfredo W. B. et al (Orgs.). *Capitalismo globalizado e recursos territoriais: fronteiras da acumulação no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: Lamparina, 2010. p. 101-144.

BALETTI, Brenda. Saving the Amazon? Sustainable soy and the new Extractivism. *Environmentand Planning A*, 2013. (prelo).

BARROS, Bettina. Bunge e Amaggi criam a Unitapajós. *Valor Econômico*, 30 de outubro de 2013.

BASA. Banco da Amazônia S/A. *Contratações realizadas pelo BASA para o segmento de soja na região de Santarém*. Belém, Gerência de Gestão de Programas Governamentais, Protocolo nº 99904000094201323, 2013.

BENATTI, José H. A soja na Amazônia e o ordenamento territorial. In: SEMINÁRIO: A GEOPOLÍTICA DA SOJA NA AMAZÔNIA. *Anais...* Belém, Museu Paraense Emílio Goeldi, 18 e 19 de dezembro de 2003.

CARVALHO, Horácio M. A expansão do capitalismo no campo e a desnacionalização do agrário no Brasil. *Revista Reforma Agrária*, edição especial, p. 31-43, jul. 2013.

CONAB. Companhia Brasileira de Abastecimento. *Série histórica de área plantada: soja*. Safras 1976/77 a 2012/13. 2013. Disponível: <<http://www.conab.gov.br>>. Acesso em jul. 2013.

_____. *Abastecimento e segurança alimentar: o crescimento da agricultura e a produção de alimentos no Brasil*. Brasília: CONAB, 2008.

_____. *Soja ganha terreno na Amazônia Legal*. Brasília, CONAB, 2008a - disponível em <<http://www.conab.gov.br/conabweb>>. Acesso em mar. 2013.

CPT. Comissão Pastoral da Terra. *Dossiê Cargill 2010*. Santarém, CPT, 2010. (mimeo).

DELGADO, Guilherme. Economia do agronegócio (anos 2000) como pacto do poder com os donos da terra. *Revista Reforma Agrária*, edição especial, p. 61-68, jul. 2013.

FAISSOL, S. *O “Mato Grosso de Goiás”*. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do Instituto de Geografia e Estatística, 1952.

FILGUEIRAS, Gisalda C.; FERREIRA, Mônica N. C.; SANTANA, Antônio C. *Análise do mercado e da concentração espacial da cadeia produtiva da soja na Amazônia*. Belém: Banco da Amazônia, 2007. Disponível em <www.basa.com.br/bancoamazonia2/includes%5Cinstitucional%5C arquivos%5Cbiblioteca%5Cestudossetoriais%5C estudos_setoriais_4.pdf>. Acesso em nov. 2013.

FREITAS Jr., G. Dez grupos têm um terço da nova fronteira da soja. *O Valor Econômico*, 01 de abril de 2013.

GTI. Grupo de Trabalho Interministerial. *Plano de Desenvolvimento regional sustentável para a área de influência da rodovia BR-163 – Cuiabá-Santarém*. Brasília, Governo Federal, junho de 2006.

HARVEY, David. *O novo imperialismo*. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

HECHT, Suzanna B. Soybeans, development and conservation on the Amazon frontier.

Development and Change, v. 36, n. 2, p.375-404, 2005.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Produção Agrícola Municipal*. Rio de Janeiro, 2013. Disponível: <<http://www.sidra.ibge.gov.br>>. Acesso em jul. 2013.

MARTINS, José de S. O tempo da fronteira: retorno à controvérsia sobre o tempo histórico da frente de expansão e da frente pioneira. *Tempo Social*, v. 8, n. 1, p.25-70, mai. 1996.

MIER y TERÁN, M. Strengths and limitations of the Round Table for Responsible Soy – RTRS in Mato Grosso, Brazil. In: THE INTERNATIONAL CONFERENCE ON GLOBAL LAND GRABBING. University of Sussex, 6-8 April 2011. Disponível em <www.future-agricultures.org/papers-and-presentations>. Acesso em jul. 2013.

MILANI, A.; MONTEIRO, M.; PIMENTEL, S.; GLASS, V. *O Brasil dos agrocombustíveis: os impactos das lavouras sobre a terra, o meio e a sociedade – soja e mamona*. São Paulo: Repórter Brasil, 2008.

NINNI, Karina. A floresta que virou soja. *Revista Época*, n. 310, abr. 2004 – disponível em <<http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0,,EDR63939-6014,00.html>>. Acesso em nov. 2013.

OLIVEIRA, Gustavo L.T. Land Regularization in Brazil and the Global Land Grab: A state making framework for analysis. In: THE INTERNATIONAL CONFERENCE ON GLOBAL LAND GRABBING. University of Sussex, 6-8 de abril de 2011. Disponível: <<http://www.future-agricultures.org/papers-and-presentations>>. Acesso em jul. 2013.

PAIXÃO Jr., Paulo R. C. *Uso do território e gênero de vida na Amazônia: Reprodução camponesa e agronegócio no Planalto Santarém*. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, UFPA, Belém, 2012.

PEREIRA, Cássio A. e VIEIRA, Ima C. G. A importância das florestas secundárias e os impactos de sua substituição por plantios mecanizados de grãos na Amazônia. In: CPT. *Dossiê Cargill 2010*. Santarém: CPT, 2010.

PROVEDELLO, Maysa e FURTADO, Clarissa. *Infraestrutura – Novas perspectivas na Amazônia. Desafios ao desenvolvimento*. IPEA, ano 01, ed. 03, 2004.

SAFRANSKY, S.; WOLFORD, W. Contemporary land grabs and their alternatives in the Americas. In: THE INTERNATIONAL CONFERENCE ON GLOBAL LAND GRABBING. University of Sussex, 6-8 de abril de 2011. Disponível: <www.future-agricultures.org/papers-and-presentations>. Acesso em jul. 2013.

SAUER, Sérgio. Land and territory: meanings of land between modernity and tradition. *Agrarian south: a Journal of Political Economy*, v. 1, n. 1, p.85-107, apr. 2012.

_____. Considerações finais: apontamentos para a continuidade do (em)debate territorial. In: SAUER, Sérgio; ALMEIDA, Wellington (org.). *Terras e territórios na Amazônia: demandas, desafios e perspectivas*. Brasília: Editora da UnB, 2011. p.411-422.

SAUER, Sérgio; FRANÇA, Franciney C. Código Florestal, função socioambiental da terra e soberania alimentar. *Caderno CRH*, v. 25, n. 65, p.285-307, mai./ago. 2012.

SAUER, Sérgio; LEITE, Sérgio P. Agrarian structure, foreign investment in land, and land prices in Brazil. *Journal of Peasants Studies*, v. 39, n. 3-4, p.873-898, 2012.

SAUER, Sérgio; SILVA Jr., Gladstone L. *Relatório da missão ao território indígena de Maró: Violações de Direitos Humanos aos povos da terra indígena Maró no Oeste do Estado do Pará*. Brasília: DhESCA-Brasil, 2011. Disponível em <www.dhescbrasil.org.br/attachments/500_Relatorio%20da%20miss%C3%A3o%20-%20Mar%C3%B3%20-%202011.pdf>. Acesso em nov. 2013.

SAUER, Sérgio; MACHADO, Diego D. G. *Relatório da missão Santarém: Violações de Direitos Humanos a comunidades indígenas, quilombolas e ribeirinhas no Rio Arapiuns*. Brasília: DhESCA-Brasil, 2010. Disponível em <www.dhescbrasil.org.br/attachments/186_1.%20Relat%C3%B3rio%20Miss%C3%A3o%20Santar%C3%A9m%202009%20-%20Relatoria%20para%20o%20DHHTA.pdf>. Acesso em nov. 2013.

SCHLESINGER, Sérgio; NORONHA, Silvia. *O Brasil está nu!* O avanço da monocultura da soja: o grão que cresceu demais. Rio de Janeiro: FASE, 2006.

SILVA, Carlos A. F. A fronteira agrícola capitalista da soja na Amazônia. *Revista da Sociedade Brasileira de Geografia*, v. 1, n.1, 2006. Disponível em <http://www.socbrasileiradageografia.com.br/revista_sbg/carlos%20a%20f%20silva.html>. Acesso em nov. 2013.

SILVA, Sandro D; PIETRAFESA, José P. TAVARES, G. G. As fronteiras do progresso e a devastação da natureza: frentes, marchas e expansão desenvolvimentista na exploração agrícola do cerrado em Goiás. In: II WORKSHOP INTERNACIONAL DE HISTÓRIA DO AMBIENTE: Desastres Ambientais e Sustentabilidade e GISDAY 201, novembro de 2011, Florianópolis, Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC).

VALOR Econômico. *Megainvestimento abre nova rota para soja*. 24 jan. 2013. Disponível em <<http://www.valor.com.br/empresas/2981992/megainvestimento-abre-nova-rota-para-soja>>. Acesso em nov. 2013.

_____. *Avanço da soja em MT atropela as incertezas*. 28 de agosto de 2013.

WILKINSON, John (coord.) *Perspectivas do investimento no agronegócio*. Relatório de pesquisa "Perspectivas do Investimento no Brasil", em parceria com o Instituto de Economia da UNICAMP, financiada pelo BNDES. Rio de Janeiro: UFRJ, 2008/2009. Disponível em <www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/empresa/pesquisa/pib/pib_agronegocio.pdf>. Acesso em out. 2013.

WORLD Bank. *Rising global interest in farmland: Can it yield sustainable and equitable benefits?* Washington, 2010. Disponível em: <siteresources.worldbank.org/INTARD/Resources/ESW_Sept7_final_final.pdf>. Acesso em mar. 2012.